CORA Cork Open Research Archive
Cartlann Taighde Oscailte Chorcaí

Title	A classificação de áreas rurais. Que valor?
Authors	O'Flanagan, Patrick
Publication date	2002
Original Citation	O'Flanagan, Patrick (2002) 'A classificação de áreas rurais. Que valor?', Geografia: Revista da Faculdade de Letras, XVII-XVIII, pp. 53-64. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/295.pdf
Type of publication	Article (peer-reviewed)
Link to publisher's version	http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/295.pdf
Rights	© 2002 Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Download date	2026-11-14 15:02:23
Item downloaded from	https://hdl.handle.net/10468/4861



UCC
University College Cork, Ireland
Coláiste na hOllscoile Corcaigh

Revista da Faculdade de Letras — Geografia
I série, vol. XVII-XVIII, Porto, 2001-2002, pp. 53 - 64

A classificação de áreas rurais. Que valor?

Patrick O'Flanagan [1]

Os geógrafos estiveram sempre habituados a dividir espaços como forma para melhor entender locais. Deste modo, a classificação dos espaços com base no seu contexto cultural, económico e social tem sido considerada por muitos como o melhor procedimento. Dividir espaços rurais coloca outra série de problemas relacionados com questões de definição. Obviamente, a noção do que constitui rural é assunto de debate. Para alguns, é um estado de espírito, um tipo de local caracterizado pela predominância de ocupações primárias, ou por um número significativo de pessoas vivendo fora dos centros urbanos, ou por uma mistura de determinadas e precisas características de diagnóstico. Em sociedades avançadas, tem-se defendido que o mundo rural é melhor definido como sendo uma série de interacções de redes de fraca intensidade que se sobrepõem. Mesmo esse tipo de caracterização é insatisfatório já que muitas áreas rurais estão agora populadas por pessoas que não têm qualquer relação, a não ser a de residência, com essas áreas (HALFACREE, 1993). Deste modo, há muitos tipos diferentes de áreas que podem ser classificadas como rurais e que, com o tempo, têm todos vindo a mudar (CLOKE, 1997). Uma definição dinâmica do rural é um grito distante de uma mais tradicional, se bem que meticulosa e atraente, recitação de uma mistura de regiões de paisagem (BOUCHIER, 1979).

Neste artigo consideram-se alguns dos modelos-chave que têm sido empregados para conceptualizar diferenças entre áreas rurais, procedimentos e teorias criadas para suportá-los. Para levar a cabo esta tarefa, é preciso considerar criticamente as diferenças entre perspectivas qualitativas e quantitativas de classificação e seus produtos variantes. Num contexto português isto poderia exprimir-se pelas evidentes diferenças entre alguns dos tradicionais mas inspirados trabalhos de Orlando Ribeiro (1994) e a pesquisa de Castro Caldas e Santos Loureiro (1966).

A Europa rural é um conjunto retalhado de áreas contrastantes, muitas das quais estão actualmente a sofrer mudança substancial a um ritmo mais rápido do que possivelmente alguma vez no passado como é o caso da Galiza

[1] University College Cork (Irlanda).

(O'FLANAGAN, 1996). Só recentemente apareceram estudos que nos permitem distinguir, numa base genuinamente comparativista, entre padrões de mudança rural europeia que têm vindo a surgir (HOGGART *et al.*, 1995). São evidentes e claras as diferenças entre aquelas partes da Europa, como a Inglaterra, onde muitas vezes menos de seis por cento da população está classificada pelos censos como habitantes rurais e outras áreas como os Açores, Galiza e muito do Norte de Portugal onde o número equivalente cobre mais de trinta por cento (CEC, 1994). Outra característica crítica destas secções da Ibéria Atlântica manifesta-se pelas elevadas percentagens de residentes rurais que ainda vivem fora de vilas e aldeias. Contudo, as ligações entre muitos destes residentes rurais e a terra tem-se perdido consideravelmente em tempos recentes. Estudos têm confirmado que muitos residentes mais idosos daquelas áreas ainda se declaram agricultores para efeitos de recenseamento, mas já não praticam activamente a sua profissão (HUGHES, 1979). Noutras áreas da Europa Atlântica, residentes agricultores ou não-agricultores habitam o mesmo povoamento e surgiram condições de cidade-jardim contribuindo para a aparência de densidades de população extremamente elevada chegando a exceder mais de 300 pessoas por kilómetro quadrado como em secções das Rias Bajas da Galiza (O'FLANAGAN, 1996).

Muitos dos primeiras esquemas de classificação elaborados para caracterizar áreas rurais na Europa desenvolveram-se como parte do legado do período quantitativo, como o inicial esquema de divisão de Cloke (1972). De uma perspectiva distanciada, é fácil apontar agora o desconforto de tal procedimento e a nomenclatura empregada para delinear os diferentes tipos de area é insatisfatória. Nomeadamente, uma dessas classes de área, o *Rural Intermédio* ("intermediate rural"), por exemplo, dificilmente capta a natureza dos constituintes desse meio rural em particular. O chamado modelo "*scape-fringe*" da mesma colheita temporal tem acrescentado algum rigor conceptual ao encontro com o rural (Fig.1). Começando pela franja rural-urbana, esta área muito dinâmica e representativa, é normalmente caracterizada por organizações caóticas de uso de terra especialmente onde o controlo do planeamento é fraco ou pouco implementado. A auréola seguinte é constituída pela presença de uma zona na qual a agricultura permanece a dedicação predominante dos residentes e onde, em muitos casos, grandes quintas e intensivos empreendimentos são lugar-comum. Finalmente, cercando esta zona, há uma franja marginal que pode consistir de uma ou duas zonas distintas, a interior onde actividades tradicionais residuais como a agricultura e pesca ainda permanecem. Para além desta, há uma zona abandonada revelada pela falta de residência permanente e onde são levadas a cabo poucas, se algumas, actividades de manutenção de emprego local. Deve ser, contudo, notado que este tipo de modelo foi formulado para caracterizar contextos rurais em zonas intensamente urbanizadas e que a extensão real das várias zonas não está de acordo com a realidade, especialmente no caso da franja marginal a qual, em sectores menos

beneficiados da Europa Atlântica, cobre largas faixas de território. Em áreas mais favorecidas, a franja marginal ocupa as áreas mais isoladas.

O modelo de Lewis e Maud (1976) tem a mesma tendência e mais uma vez contempla o domínio rural a partir de uma perspectiva urbana (Fig. 2). Injecta alguma vitalidade no discurso ao confirmar a natureza dinâmica de um leque de processos de transformação. Também estabelece que a maior parte das áreas rurais estão em constante processo de transformação uma vez que pressões internas e externas interagem constantemente entre si modificando a arquitectura económica e social das áreas.

Estes primeiros modelos de estrutura do espaço rural quantitativamente inspirados levaram, sem dúvida, à adopção por parte dos planeadores do que eles consideraram ser estratégias do espaço adequadas a promover crescimento. Muitos países da Europa nos anos sessenta e setenta eram vistos pelos planeadores como uma mistura de regiões nodais, cada uma das quais conduzida (ou podendo ser melhor conduzida) por poderosos povoamentos urbanos chave. Desta forma, durante aqueles anos, planeamento regional em estados deste tipo como Espanha ou Portugal era prescritivo e "de cima para baixo" ("top-down"). A política de crescimento vertical favorecida em Espanha por exemplo, falhou em indicar como o crescimento poderia fluir das áreas do centro para as das extremidades (O'FLANAGAN e STOREY, 1989). Se os espaços rurais forem só considerados apêndices de grandes e complexos centros urbanos, segue-se que os instrumentos de desenvolvimento devem captar a vitalidade desses centros e derivar crescimento para o interior das cidades. Daí a atracção por políticas de centro crescimento. Mas muitas áreas rurais, especialmente ao longo da Europa Atlântica, não estão bem integradas nessas redes conceptuais de interior de cidade, quer como consequência de fracas infraestruturas de transporte ou porque regionalmente a incidência de grandes centros urbanos é baixa. Estas são regiões onde actividades primárias ainda permanecem a base das estruturas económicas. Para alguns, é melhor considerar este tipo de territórios como regiões uniformes e formular políticas de desenvolvimento que estejam de acordo com o carácter desses locais (VAN DER LAAN *et al.*,1979). Nestas áreas, a essência e o etos social da sua uniformidade reside no elevado grau de ruralização que as caracteriza.

Mas o que é ruralização? Como termo, no passado, ruralização invocava noções pejorativas de atraso e era entendido como termo de depreciação. Mas há outros meios de o entender, afinal é simplesmente sinónimo de urbanização e desta forma podia ser usado para significar o reforço e consolidação dos estados de vida rurais. Onde foram instalados apropriados processos de desenvolvimento "de baixo para cima" ("bottom-up") como o modo mais eficiente de promover o crescimento neste tipo de áreas com vasta participação comunitária. Chamou-se perspectiva zonal ("zonal approach") a estes procedimentos (VAN DER LAAN, 1979). Em algumas áreas, nomeadamente no noroeste da Irlanda, estas políticas, onde foram implementadas, têm gozado de sucesso moderado e a região mostrou firme capacidade de recuperação face

à recessão internacional e nacional. No passado isto significava muitas vezes apoiar actividades tradicionais de emprego, hoje, contudo, contra-urbanização e migração retornada, entre outros processos, estão a dar nova forma à topografia social de muitas áreas rurais. Deste modo, em muitos países da Europa Atlântica a ruralização tornou-se uma realidade e, como tal, zonas deste tipo tornaram-se como que um modo de vida ansiado, pelo menos a julgar pelas seduções hiperbólicas dos anúncios dos agentes de compra e venda de propriedade em áreas onde tal seria impensável há algumas décadas atrás.

Há outras formas de contemplar o rural. Ao fazê-lo é importante considerar forças internas e externas que interagem dentro dos espaços rurais e de que forma os resultados da interacção dessas forças revelam as suas contradições internas. Na Europa, políticas vindas de Bruxelas relacionadas com a agricultura são o pilar desses contextos. Como resultado, estas pressões estão a contribuir para que novas classes reconstituam o tecido social de diferentes áreas rurais. Em muitos casos, estas amálgamas de classe não são unânimes no que diz respeito a como as suas áreas deveriam ser melhor desenvolvidas. Cada fracção de classe tenta representar os seus interesses atribuindo valores ao que ela própria acredita serem os constituintes chave do seu domínio local. Deste modo, coligações de classe agem para atingir os seus objectivos espaciais, ligados ou não com conservação ou desenvolvimento, já que cada classe pode ser motivada por diferentes imagens do que deveria ser o rural. Diferentes classes recorrem ao seu capital cultural e poder mediado por advogados e leis de planeamento para atingir os seus objectivos.

A decantação de milhares de pessoas das cidades para viver em áreas rurais em Maiorca ou na Cornualha é um processo bem documentado especialmente em estados como a Inglaterra ou a Alemanha onde as proporções de residentes urbanos é muito alta. Neste tipo de contextos foi criada uma tipologia de áreas rurais em quatro partes para reconhecer este tipo de mudanças (MARSDEN e MURDOCK, 1993). Para começar, eles identificam áreas às quais chamam *preservadas* ("preserved"). Estas são áreas que estão profundamente impregnadas de influências de elementos recém-chegados poucos dos quais tendo qualquer dependência da terra e a maior parte dos quais trabalhando e divertindo-se fora do local da sua residência; residentes nativos arranjam diferentes tipos de emprego fora das suas áreas de domicílio e em muitos casos a agricultura não passa de uma espécie de distracção. Áreas onde estas características persistem podem observar-se em ilhas como Maiorca. De um modo geral o grupo imigrante é diverso, mas partilha uma atitude negativa em relação à intensificação da agricultura e a qualquer tipo de processos de produção de poluição e adoptam uma perspectiva essencialmente conservadora.

Os mesmos autores propuseram outra zona à qual chamam *discutida* ("contested"), mas trata-se de uma construção que tem sido rigorosamente posta em causa por outros (HOGGART *et al.*, 1995). Idealmente, trata-se de uma área na qual, de um modo geral, interesses agrícolas comerciais retêm influências políticas e económicas consideráveis, mas estas atitudes e

mentalidades têm muitas vezes sido teimosamente confrontadas por ricos e instruídos recém-chegados. Na Irlanda, por exemplo, conflitos acerca do uso de terra para aterros sanitários e mesmo florestação financiada comercialmente estão a ser resistidas por fracções de classe de ambos os lados da linha divisória. Na Península Ibérica a captação de água e sua distribuição e uso são assuntos que frequentemente dividem as comunidades em algumas áreas e a questão do consumo de água para campos de golf é um tema que tem vindo a ser progressivamente politizado. É difícil concordar com a reacção de Hoggart *et al.* (1995) à noção de áreas rurais discutidas. Basta citar as ocupações de quintas no Alentejo e Ribatejo e suas consequências.

A presença de extensas propriedades muitas vezes legado de outros tempos, levou a que essas áreas sejam vistas como *paternalistas* ("paternalistic"). Áreas de extensas herdades, possuídas muitas vezes durante gerações pela mesma família, são características sintomáticas destas zonas. Estas famílias proprietárias exercem muitas vezes pressão económica penetrante e muitos ocupam também cargos políticos . Muitos dos residentes de tais áreas dependem dessas famílias, não só para emprego, mas também para habitação. Caberão bem nesta categoria os extensos "montados" do Alentejo e algumas das propriedades vitivinícolas do Douro possuídas na maior parte por estrangeiros. Também porque muitas destas enormes propriedades praticam economias de escala em relação ao trabalho da terra, através da aquisição de sofisticada tecnologia, as exigências de trabalho destas quintas tem-se vindo a estreitar. O resultado é que aí as estruturas de classe ficam truncadas. Em alguns países como na Irlanda, onde vestígios de paisagem colonial permanecem nos bolsos de alguns, as casas destas propriedades estão a ser adquiridas por novos milionários que as vêm como residência-troféu e deixam as suas terras nas mãos de outros grandes proprietários da sua área.

Outro tipo de área rural é sugerido pela denominação *clientista* ("clientist"). É uma categoria de área que é difícil de suportar como tipo discreto porque poderia ser usado para apanhar todos os potenciais tipos de terras restantes. Discute-se que nestas áreas a estrutura social é caracterizada por implantadas relações patrão-cliente nas quais a maior parte dos residentes é relativamente pobre e tem baixos níveis de realização educativa formal. Estas áreas-tipo são também muitas vezes inundadas por heranças coloniais ao ponto de a língua regional ter vindo mesmo a ser ignorada recentemente pelo estado como no caso da Galiza. Aqui, o sempre presente "cacique" é a manifestação cultural do patrão. Dependência do patrão e do estado por parte de muitos dos residentes são características subjacentes a estas áreas e as relações entre o cliente e o estado são muitas vezes mediadas através do esforço do cacique. O grupo patrão estabelece muitas vezes alianças com agências e indivíduos exteriores para iniciar mudança na forma de facilitar o estabelecimento de processos de manufacturação poluentes, lixeiras e florestação em larga escala. A maior parte destas iniciativas teria sido resolutamente resistida noutras áreas. Mas nestas zonas geralmente marginais onde as oportunidades de emprego fora das

actividades tradicionais é rara e os ritmos de emigração têm sido, ou ainda são, elevados a maior parte das iniciativas é muitas vezes temperada pelas ligações políticas destes agentes internos. Tem sido afirmado que clientismo também vigora em áreas com um forte estado central e instituições democráticas locais pouco desenvolvidas. Esta descrição adequa-se bem à Irlanda, mas não se pode dizer que corresponda a Portugal ou Espanha. A questão-chave é: porque têm algumas áreas alimentado o clientismo e outras aparentemente semelhantes não?

Esta breve, ainda que crítica, análise da excelente tipologia rural de Marsden e Murdock (1993) levanta muitas questões. Uma das quais é que não capta uma série de domínios rurais. Um destes deve ser por certo o domínio do pequeno agricultor sejam eles sobretudo auto-suficientes ou combinando produção marcada, auto-suficiência e ainda um grupo de várias actividades, e que permanece um complexo cardeal em muitas secções da moderna Europa Atlântica. Estas pessoas ficaram a ser conhecidas na Irlanda como agricultores de família uma vez que possuem a maior parte de terra que exploram. Para alguns este é um mundo de camponeses e tem sido apelidado de *camponesista* ("peasantist") (HOGGART *et al.*, 1995). Buscamos em vão uma definição de camponês que possa comandar aprovação geral. Camponês na literatura invoca um espectro de definições a incluir não só os grupos acima mencionados como também rendeiros e os sem-terra. Muita da literatura acerca de comunidades de camponeses retrata-os como sendo de profunda colheita histórica, estáveis, uniformes e depositários de tradições culturais de outro modo abandonadas. Mas a maior parte dos pequenos camponeses da Europa Atlântica foram rendeiros até, pelo menos, ao início do século XX. Análise crítica das primeiras investigações profundas destes tipos de comunidades na Irlanda, por exemplo, moveram-se para o outro extremo e deram a entender que este tipo de sociedades estavam à beira da extinção nos anos setenta (cf. BRODY, 1973, e HUGHES, 1979). Estas pequenas sociedades de agricultores mostraram ser, em muitos casos, tão adaptáveis como têm sido persistentes e pesquisa confirmou que não são de modo algum homogéneas (ITURRA, 1988). Há trinta anos atrás na Europa Atlântica muitas destas comunidades produziam fundamentalmente para efeitos domésticos, estavam intermitentemente relacionadas com mercados, dependiam muitas vezes de remessas de emigrantes, eram infantários demográficos e muitas vezes administravam colectivamente os seus recursos, as suas zonas altas por exemplo. Em tempos mais recentes, algumas destas comunidades de pequenos agricultores consolidaram as suas posições ao aprofundar as suas relações com prósperos mercados urbanos locais (Ferras Sexto, 1996), em zonas de montanha mais isoladas há um conto de declínio e abandono (TORRES LUNA *et al.*, 1993). O objectivo desta consideração tem sido realçar que estas sociedades, como quer que lhes chamemos, permanecem uma proeminente característica de muitas partes da Ibéria Atlântica especialmente em partes da Galiza e norte de Portugal.

A categorização acima delineada tem muitos atractivos, mas uma vez que se baseia simplesmente em representação social, pode-se arguir que tem elevado conteúdo especulativo e, por essa razão, pode ser difícil no terreno separar uma área da outra. É óbvio que sobreposição mais do que distinções exactas e clínicas são a norma esperada. Por acréscimo, está implícito no plano geral o grau de uniformidade esperado nas diferentes áreas.

Até aqui temos seguido através de uma variedade de dimensões que o rural tem representado começando por uma taxonomia inspirada quantitativamente prosseguindo para uma classificação baseada num retrato de conteúdo cultural. Também tem sido discutido que o uso de procedimentos de classificação específicos para áreas rurais tem em parte condicionado os instrumentos de planeamento seleccionados e dispostos a assisti-las a evoluir ou mudar.

Outro procedimento disponível para distinguir entre diferentes áreas rurais talvez mais satisfatório é colocar a ênfase em distinções entre habitação e povoamento. A habitação é afinal um dos indicadores mais relevantes em variações espaciais de condições de vida e bem-estar. O estudo de povoamentos tem sido sempre um tema central para os geógrafos mas, no passado, a ênfase era na morfologia e as habitações em si eram ocupação dos etnologistas. Afinal a habitação é o bem mais valioso de muitas famílias e, por essa razão, a busca de "perfis" de habitação é um meio precioso para entender as suas variações espaciais (O'FLANAGAN e STOREY, 1989).

A derivação de perfis busca estabelecer relações entre características da casa em geral incluindo características demográficas, educação e emprego, tipos de posse de propriedade, idade da casa, tamanho e condições. Cada perfil é em seguida derivado empregando um programa de análise de agrupamentos que designa cada área de censo a um "perfil" específico (DUNN *et al.*, 1980). Os resultados da análise podem ser logo delineados e finalmente a interpretação pode começar.

Para ilustrar o procedimento segue-se um relatório sobre trabalho levado a cabo nesta linha de pensamento num condado do oeste da Irlanda. O condado de Mayo é um condado predominantemente rural, nenhuma vila excede 25.000 em população e mais de sessenta por cento dos seus habitantes vive em povoamentos não-urbanos, a maior parte em casas individuais espalhadas pelo condado (Fig. 4). É uma zona que podemos designar à "franja marginal" ou pode ser considerada uma "zona clientista". O estudo concentra-se em 150 áreas pequenas e exclusivamente de censo conhecidas como "District Electoral Divisions", cuja população média é cerca de 300 residentes. Foram escolhidas de cada área quarenta e seis variáveis de censo para o ano de censo de 1981 as quais foram então submetidas a análise de agrupaments e vários outros processos de ordenação e verificação (O'FLANAGAN e STOREY, 1989). Foram identificados e delineados cinco agrupamentos (Fig. 4).

O resultado destes esforços revela um complexo padrão de perfis de habitação que mostram considerável variação espacial numa área que se poderia de outro modo crer uniforme (Fig. 5). Cada perfil é derivado pela associação de

um número de variáveis diagnósticas críticas que designa cada zona a um agrupamento em particular que define cada perfil. O primeiro destes perfis intitula-se *interior urbano* ("urban hinterland") e é o perfil estatisticamente mais discreto e coerente. É uma zona de mudança e de relativa modernidade. A maior parte das unidades de habitação são novas (unidade de habitação aqui refere-se normalmente a uma casa geminada estilo "bungalow"). A maior parte das casas está bem equipada com equipamento moderno como aquecimento central. Quase um quinto delas tem mais de sete divisões. De um modo geral, o perfil exibe uma população jovem - a mais jovem do condado. Há umas poucas de habitações de uma pessoa. Todas as suas áreas constituintes sofreram crescimento da população em grande parte impulsionado por imigração. Muitos dos seus residentes trabalham nos serviços e poucos são agricultores. Desta forma, distingue-se por estrutura de classe. A figura 5 mostra tratar-se de um perfil fragmentado consistindo de um reduzido número de pequenas áreas nos extremos dos principais centros urbanos.

Rural confortável ("comfortable rural") seria um modo apropriado de denominar o perfil dois. Ainda que dividido em dois blocos principais cobre a maior parte da zona este do condado e aquelas zonas onde a avaliação de terrenos é mais elevada, é também o condado mais extenso em termos espaciais. É uma zona de polaridades já que manifesta predominantemente características modernas como boas condições de habitação e a proporção de pessoas por habitação é baixa. No outro extremo do espectro um quinto das habitações conta com três ou menos divisões.

Todos os três perfis restantes revelam enraizada privação de vários tipos. O perfil três, por exemplo, a zona de pequenas quintas mais a este é caracterizada por uma população envelhecida; um quinto da sua população tem mais de 65 anos de idade e há proporções significativas de pessoas com mais de 65 anos em habitações de uma ou duas pessoas onde os habitantes não têm sucessor directo residente. Quase 60 por cento das quintas tem menos de 15 ha de tamanho e quase 60 por cento dos chefes de família estão declarados como agricultores. O sortido da habitação é velho e foram registados elevados índices de migração para o exterior. *Rural estagnado* ("stagnant rural") poderá ser um rótulo apropriado para esta zona.

Os perfis quatro e cinco encontram-se como blocos nas extremidades oeste do condado que coincide com as zonas menos fisicamente dotadas e menos urbanizadas do condado. No primeiro, só na ordem de um quarto da suas quintas têm potencial para fornecer um modo de vida aos proprietários. *Rural em declínio* ("declining rural") pode bem captar os problemas desta zona. Muitos dos residentes registam-se no recenseamento como agricultores mas para todos os fins e efeitos já não estão na agricultura activamente. As condições de habitação também são deficientes. *Rural tradicional* ("traditional rural") pode ser empregue para o perfil cinco. Concentrado no noroeste do condado de Mayo é uma zona de contradições. Um atributo, nomeadamente privação, parece ser omnipresente. Apesar das suas reconhecidas deficiências

físicas ainda é densamente povoado. O tamanho das quintas e mínimo, a família é grande e o tamanho da habitação é mínimo. Esta mistura de atributos reforça as nossas impressões de se tratar de uma zona imbuída pela bagagem do passado.

É óbvio que o reconhecimento de uma série de perfis de habitação é um método incisivo de entender as diferenças que existem entre áreas rurais. Se estes dados forem ainda mais interrogados, empregando de novo análise de agrupamentos, é viável estabelecer as características principais de alguns dos principais problemas relacionados com habitação e povoamento, por exemplo, frequência de habitação (Fig. 6). É extremamente instrutivo, por exemplo, comparar o agrupamento um com o agrupamento quatro. O último personifica todas as características de superpopulação e um pobre e inadequado sortido de habitações. Em comparação, o agrupamento um identifica uma área com uma inadequada mas potencialmente subutilizada reserva de habitações já que uma elevada proporção de unidades disponíveis são de uma pessoa por habitação.

O procedimento por perfis de habitação ajuda-nos assim a identificar problemas particulares e a sua incidência espacial acarretando consigo nítidas implicações de planeamento acima e para além da simples habitação. Como instrumento não define claramente diferenças dentro da área mas pode sugeri-las como ficou delineado na discussão acima em relação ao perfil dois. Neste sentido, pode obscurecer extremos, é estática e cada interpretação de topografia espacial pode levar a subjectividade. Pondo de lado estas potenciais críticas, o procedimento por perfis é uma forma sã de categorizar diferenças entre áreas já que se apoia naquele atributo mais geográfico, nomeadamente a habitação, para a sua recolha. Para suportar tal análise as fontes estatísticas devem ser localmente extensivas e fidedignas. Pode acrescentar-se que forçosamente só quando o padrão espacial for delineado e alinhado começa o próximo passo para o trabalho de investigação.

Esta discussão procurou considerar alguns dos fundamentos lógicos ao escolher o melhor modo de categorizar diferenças entre as áreas rurais. Tem havido uma revisão dos diferentes procedimentos que têm vindo a ser empregues ao longo do tempo. Uma vez que a maior parte das zonas rurais da Europa Atlântica está a sofrer mudança rápida é também evidente que na maior parte das circunstâncias uma combinação de perspectivas quantitativas e humanistas deve ser invocada para nos ajudar a entender a natureza dos espaços rurais.

Agradecimentos

Agradeço a colaboração de Michael Murphy pela preparação dos mapas e pela publicação.

Gostaria ainda de agradecer a tradução por Sofia Maria da Silva Mendes.

Referências

BOUCHIER, A (1979) – *Le Gallice, Essai Geographique d'Analyse et d'Interpretation d'un Vieux Complexe Agraire*. La Roche-sur-Yon.

BRODY, H (1973) – *Innishkillane, Change and Decline in the West of Ireland*. Londres.

CALDAS, E. C., e LOUREIRO, E. S. (1966) – *Regiões Homogéneas no Continente Português*. Lisboa.

CLOUT, H (1972) – *Rural Geography*. London.

CLOKE, P. J. e LITTLE, J. (ed.), (1997) – *Contested Countryside Cultures*. London.

Commission of European Communities (1994) – *Study of the Prospects in the Atlantic Regions*. Brussels.

DUNN, M., RAWSON, M. and ROGERS, A (1980) – *The Derivation of Housing Profiles*. Birmingham.

FERRAS SEXTO, C (1996) – *Cambio Rural na Europa Atlantica. Os Casos de Irlanda e Galicia* (1970-1990). Santiago de Compostela.

HALFACREE, K (1993) – Locality and social representation; space, discourse and alternative definitions of the rural, *Journal of Rural Studies*, 9: 23-37.

HOGGART, K. *et al.* (1995) – *Rural Europe. Identity and Change*. London.

ITURRA, R. (1988) – *Antropología Economica de Galicia Rural*. Santiago.

LEWIS, G. e MAUND, D. (1976) – The urbanisation of the countryside: A framework for analysis, *Geografiska Annaler*, 58B: 17-27.

MARSDEN, J. e MURDOCK, T. (1993) – *Constructing the Countryside*. London.

O'FLANAGAN, P. (1979) – Growth Poles, Regional Growth Axes and Regional Development in Galicia, Spain, *Tidj. voor Economische en Social Geographie*.

O'FLANAGAN, P. (1996) – *Geografia Historica de Galicia*. Vigo.

O'FLANAGAN, P. and STOREY, D. (1989) – *Housing, settlement and society in county Cork. A profile analysis*, 20 (3): 272-292

RIBEIRO, O (1994) – *Originalidade da Expansão Portuguesa*. Lisboa.

HUGHES, N. (1979) – *Saints. Scholars and Schizophrenics.*

TORRES LUNA, M., LOIS GONZALEZ, R. y PEREZ ALBERTI, A. (1993) – *A Montaña Galega, O Home e o Medio*. Santiago.

VAAN DER LAAN, T. (1979) – *Regional Development in Ireland*. Nijmegen.



Figura 1 – Modelo Scape-Fringe

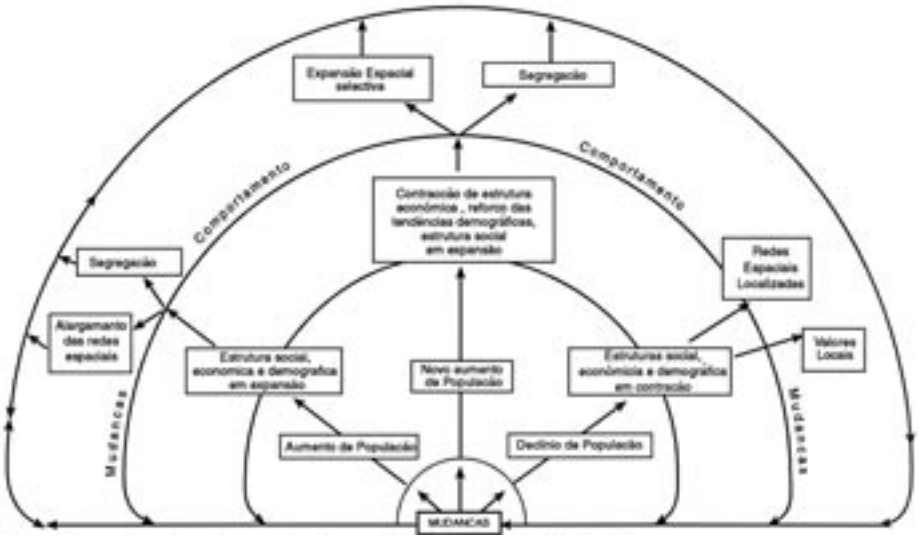


Figura 2 – Componentes de um sistema de mudanças regionais.

Fonte: Lewis and Maud, 1976.



Figura 3 – Área de estudo.



Figura 4 – Características de Habitação



Figura 5 – Stress em 1981